

“A casa da água”: história e memória no romance de Antônio Olinto*

Deise Albuquerque**

José Bento Rosa da Silva***

Resumo. O trabalho em tela tem por escopo o exame das relações estabelecidas entre história e memória na obra literária *A casa da água*, de autoria do escritor brasileiro Antônio Olinto, a partir de uma perspectiva da investigação histórica. Nesse sentido, dar-se-á ênfase às memórias diaspóricas que podem ser extraídas da trama e que demonstram o fluxo e refluxo Brasil-África, no contexto do pós-abolição no Brasil.

Palavras-chave: Literatura; História; Memória; Pós-abolição.

“A casa da água”: history and memory in Antônio Olinto’s novel

Abstract. Current paper examines the relationships between history and memory in the Brazilian writer Antonio Olinto’s *A casa da água*, from the point of view of historical investigation. Diaspora memories extracted from the plot are underscored. They demonstrate the Brazil-Africa flux and re-flux within the context of the post-Abolition period in Brazil.

Keywords: Literature; History; Memory; Post-abolition period.

“La casa de agua”: Historia y memoria en la novela de Antonia Olinto

Resumen. Este trabajo tiene por objetivo el análisis de las relaciones establecidas entre historia y memoria en la obra literaria *La Casa de agua*, del escritor brasileño Antônio Olinto, a partir de una perspectiva de investigación histórica. En este sentido, se dará énfasis a las memorias diaspóricas que pueden ser extraídas de la trama y que demuestran el flujo y reflujo Brasil-África, en el contexto de la post abolición en Brasil.

Palabras Clave: Literatura; Historia; Memoria; Post abolición.

* Artigo recebido em 27/01/2014. Aprovado em 04/08/2014.

** Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Recife/PE, Brasil. E-mail: albuquerque.deise@hotmail.com

*** Professor adjunto da UFPE, Recife/PE, Brasil. E-mail: negrobento@bol.com.br

Desde o século passado a história se apresenta como saber em constante expansão abrindo-se às novas dimensões, abordagens e domínios.¹ A teoria da história dialoga com esse cenário de mudanças, e entre os debates mais frutíferos está o da relação entre a história e a literatura. Compreendemos que essa discussão se desenvolve em torno de duas questões principais: a primeira se refere ao caráter narrativo da história – que para alguns questiona o caráter científico da disciplina, e a segunda diz respeito ao problema da literatura enquanto fonte para o escrutínio de investigações históricas.

Sobre a questão da narrativa, parece consenso que os historiadores importam-se cada dia mais com a transmissão do conhecimento histórico, ou seja, com a escrita da história (CERTEAU, 1998). Não obstante, Hayden White (2001) assinala a relutância dos mesmos em reconhecer as narrativas históricas como aquilo que efetivamente são: ficções que mais se aproximam da literatura que da ciência. Isso porque o historiador, assim como o literato, orienta sua narrativa de acordo com um ou outro gênero, conduzindo o leitor para um tipo de interpretação do evento. De modo que, um mesmo evento pode ser tratado como dramático ou irônico, sem que essa aproximação com a ficção empobreça ou esvazie o potencial da história enquanto conhecimento.

Paul Ricoeur (1997) sugere que não se deve separar a questão da escrita da história do conhecimento histórico e concorda com White que a narrativa da história toma de empréstimo à narrativa ficcional estilos de escrita. Intervenção que se dá não apenas no âmbito da composição textual, mas na elaboração imaginativa da história pelo historiador. Em suma, a história reivindica a ficção para representar o passado; para torná-lo acessível. Por outro lado, as narrativas ficcionais imitam as histórias ao narrá-las como se elas tivessem se passado realmente. Nesses termos, podemos pensar em dois movimentos: I) que a

¹ No que se refere às *dimensões, abordagens e domínios* em História, Cf. Barros (2011). A respeito da expansão da história enquanto conhecimento, ver Barros (2013).

história se ficcionaliza por colocar em condição de quase-presença acontecimentos de um passado que não se pode representar senão pelo auxílio da imaginação e II) que a ficção se historiciza se avaliarmos que os acontecimentos por ela narrados são fatos do passado para a voz narrativa que se comunica com o leitor. "A relação é, aliás, circular: poderíamos dizer que é como quase histórica que a ficção confere ao passado essa vivacidade de evocação que faz de um grande livro de história uma obra-prima literária" (RICOEUR, 1997, p. 330).

Sobre a potencialidade da fonte literária, Sandra Pesavento (2006) destaca que frente a uma realidade cada vez mais fragmentada como a nossa, é preciso buscar novas maneiras de acessá-la. Uma delas é a literatura, que compartilha com a história o fato de ambas terem "o real como referente" seja "para confirmá-lo ou negá-lo [...] ou ainda para ultrapassá-lo" (PESAVENTO, 2006, p. 3). É o que faz o historiador Nicolau Sevcenko, através do cotejo das obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto, situar o processo de criação artística na Primeira República, estabelecendo que "os textos narrativos nos ajudaram a iluminar a realidade que lhes era imediatamente subjacente, e o conhecimento desta contribuiu para deslindar os interstícios da produção artística" (SEVCENKO, 1999, p. 22). Nesses quadros, os dois expoentes literários escolhidos pelo autor são exemplos: chocam-se de formas diversas e sensibilidades ímpares, com as mudanças sociais do período buscando entender o processo e ainda atuar sobre ele. Para o historiador, portanto, uma possibilidade interpretativa advinda da literatura como fonte para a história, é que ela possa dar voz aos grupos marginalizados:

Pode-se, portanto pensar numa história dos desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das ideias não consumidas. A produção dessa historiografia teria por consequência, de se vincular aos agrupamentos humanos que ficaram marginais do sucesso dos fatos. Estranhos no êxito, mas nem por isso ausentes, eles formaram o fundo humano de cujo abandono e prostração se alimentou a literatura [...] Esse é o

caminho pelo qual a literatura se presta como índice admirável, e em certos momentos mesmo privilegiado, para o estudo da história social (SEVCENKO, 1999, p. 21-22).

As concepções teóricas mencionadas nos orientam para o entendimento de que o aspecto narrativo da história tem sido recuperado a partir da maior preocupação dos historiadores com o que Michel de Certeau (1998) chamou de operação historiográfica. Condição que acompanha a abertura do fazer histórico às novas fontes que permitam maior apreensão dos multifacetados campos da realidade social (BOURDIEU, 1998). É partindo da concepção de que a obra literária pode fornecer elementos à compreensão dessa realidade e por extensão à explicação histórica, que nos apropriamos dos sentidos que se desdobram na obra literária, que podem, como sugeriu Sevcenko (1999), dar voz aos que muitas vezes ficaram à margem dos documentos oficiais, ou no caso dos africanos e seus descendentes, que na maioria das vezes, neles constavam apenas como dados estatísticos da escravidão negra no Brasil.

A diáspora negra relacionada ao tráfico de africanos para o novo mundo na condição de escravos tem sido objeto de análise por diversas áreas do conhecimento e a difusão desses estudos influenciou a inclusão do tema também no âmbito da literatura. O romance brasileiro *A casa da água*, publicado em 1969, pelo escritor Antônio Olinto, nos traz essa temática por meio da narrativa das memórias de Mariana – neta de uma ex-escrava que após mais de 50 anos vivendo no Brasil, decide voltar à sua terra natal, a cidade de Abeokutá (Nigéria), levando consigo toda a sua família nascida no Brasil.

A obra é estruturada em quatro partes que contam a história da viagem da família e seu estabelecimento em solo africano. A trama é conduzida através das memórias de Mariana por meio de um narrador onisciente. Por conseguinte, a memória é elemento basilar à compreensão da narrativa, sendo possível perceber que o autor utilizou a memória para abordar a questão da

diáspora negra, tentando reproduzir no romance a intensidade dessa experiência através do movimento intenso e incontido que a memória representa. Essa utilização da memória nos parece evidente quando a narrativa é marcada por imagens do passado das personagens que se sobrepõem, de maneira propositalmente confusa, em trechos onde a escrita tem pontuação quase inexistente. Nosso objetivo é então analisar as relações entre história, memória e literatura, estabelecidas na obra de Antônio Olinto, privilegiando nomeadamente a questão da memória diaspórica.

Fluxo e refluxo Brasil-África

A casa da água é o primeiro livro da trilogia hoje intitulada *A alma da África*, composta pelas sequências *O rei de Keto* (1980) e *Trono de Vidro* (1987), respectivamente. O primeiro livro da série – do qual essa escrita se ocupa – foi escrito em 1968 e publicado pela primeira vez no ano seguinte. Nesse romance, Antônio Olinto não menciona datas, sejam elas dias, meses ou anos. No entanto, no final do livro o autor traz como apêndice as datas relativas a certos acontecimentos vividos pelos personagens da obra, que para os fins desse trabalho, serão utilizadas, pois permitem melhor compreensão da saga familiar, além de demarcar claramente o contexto histórico do pós-abolição, enquanto cenário temporal em que a narrativa se desenvolve.

Já na primeira parte, "*A viagem*", tem início as memórias da então menina Mariana, iniciando-se com as imagens da enchente do rio do Piauí², ocorrida no ano de 1898 (apenas 10 anos após a abolição da escravidão no Brasil), onde a garota morava com sua família: a avó Catarina, a mãe Efigênia e os irmãos: Emília e Antônio. Foi logo depois da inundação que a avó da garota

² Município brasileiro do Estado de Minas Gerais, fundado em 1868.

tomou a decisão de voltar para Abeokutá³, e por isso os dois eventos ficaram para sempre imbricados na lembrança da menina. O narrador explica:

uma aconteceu perto da outra e sinto que suas memórias anteriores se perderam, talvez porque a enchente e a viagem não permitiram que além delas algo possa ter ainda força, e por mais que eu apele para suas recordações nada consegue varar a cortina formada pelas duas realidades da enchente e da viagem (OLINTO, 1988, p. 16).

Capturada e vendida por seu tio em Lagos⁴, Catarina foi comprada na Bahia e levada para o município do Piauí quando ainda tinha 18 anos. Lá mesmo formou família e viveu, até que tomou a decisão de retornar à África. Na fala que dá conhecimento a essa disposição da ex-escrava é possível perceber Catarina, mesmo sendo negra livre⁵ e após a abolição, ainda se considera elemento estrangeiro ao lugar, o que justifica seu desejo de retorno à África: “– Agora quero voltar. Não tem mais escravo aqui, tio Inhaim vai me ajudar, juntei um dinheirinho e arranjei mais algum com tudo quanto foi preto dessas fazendas todas aí ao redor. Agora quero voltar e levar minha filha, que já nasceu aqui, e meus netos” (OLINTO, 1988, p. 15).

Quando a personagem menciona tio Inhaim, refere-se ao seu antigo proprietário. Foi dele que a africana recebeu o nome de Catarina, e o sobrenome do dono – Santos, deixando para trás seu nome verdadeiro: Ainá. As palavras de Catarina remetem às relações da sociedade escravista no Brasil investigadas por Schwartz (1988), que observou a frequência com que os escravos, principalmente os domésticos, desenvolviam uma espécie de

³ Abeokutá é a capital do Estado de Ogun, na Nigéria.

⁴ Cidade da Nigéria, segunda maior cidade da África, logo atrás do Cairo, no Egito. Entre os séculos XVI e XVIII fazia parte da região conhecida como Costa dos Escravos, importante centro de distribuição de escravos, principalmente para os portos brasileiros.

⁵ O autor do romance não precisa as condições em que Catarina adquire a liberdade, se antes ou depois da abolição. No entanto, ao utilizarmos o termo *livre* induzimos que ele nos dá *indícios* de que a liberdade da africana tenha ocorrido antes da abolição. A respeito de uma abordagem indiciária na pesquisa histórica, ver Ginzburg (1991).

economia de favores com seus senhores ampliando os sentidos do escravismo possibilitando, por vezes, o acesso à liberdade via alforria, que era prerrogativa de poder do proprietário de escravos. Dessa forma, é aceitável pensar que a liberdade de Catarina possa ter sido adquirida como resultado dessa vicissitude do escravismo no Brasil, e que isso justifique a atribuição do título de *tio* ao antigo senhor.

Pouco tempo depois da cheia do rio Piau, a família rumou para Juiz de Fora e dois meses depois – era maio de 1898 – estavam no Rio de Janeiro, onde moraram por mais quatro meses até encontrarem transporte para Bahia. Lá ficaram por dois anos até arranjarem dinheiro e transporte para viagem a Lagos, que só aconteceu no ano de 1900.

Nessa primeira parte, na obra de Olinto aparecem especialmente as lembranças de Catarina que agora se sente mais perto de concretizar a *volta pra casa*, e que diante da perspectiva desse reencontro, vê as imagens de Lagos, de sua juventude e da sua captura se avolumarem e se tornarem mais frequentes. Figuram ainda as lembranças da jovem Mariana que vão e vem sem controle, ou que são invocadas a partir de imagens, sons e cheiros com os quais a menina se deparava ao longo da trajetória que a levaria a terra da avó.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação estreita entre o texto de *A casa da água* e a noção de *imagem-lembrança*, de Henri Bergson (2006), que diz respeito ao reconhecimento do passado a partir de imagens percebidas e/ou evocadas, representantes de um fragmento do passado. “Por ela *imagem-lembrança* se tornaria possível o reconhecimento inteligente, ou melhor, intelectual, de uma percepção já experimentada; nela nos refugiaríamos todas as vezes que remontamos, para buscar aí uma certa imagem, a encosta de nossa vida passada” (BERGSON, 2006, p.62, grifo no original). Segundo Bergson, essa apreensão do que foi através de imagens que o representam, seria um mecanismo da memória para armazenamento do passado.

A esse respeito, cumpre salientar que as imagens da água, mormente, são responsáveis pelo surgimento das recordações na menina: O mar no Rio de Janeiro lembrava a enchente do Piauí; o da Bahia remetia as imagens do Rio de Janeiro e do Piauí. A chuva levava de volta ao Piauí e ao Rio de Janeiro. Dessa maneira, a água adquire sentidos múltiplos que se concatenam durante a narrativa.

O caminho até África é permeado por dificuldades financeiras. A família vende gêneros alimentícios na Bahia e antes no Rio de Janeiro a fim de reunir os recursos para a viagem até Lagos. Schwartz (1988) assinala que na Bahia a população escrava era essencialmente proveniente do continente africano e, dada a baixa taxa de reprodução entre esses – resultado das próprias condições da vida escrava – era sempre necessária a reposição de escravos introdutoras de novas culturas negras na região⁶. Assim, durante o tempo em que permanecem na Bahia, a família e, especialmente, Catarina, estabelecem contato com negros brasileiros e africanos que iam e vinham pelo Atlântico trazendo notícias e produtos, mais que isso: cultura.⁷

As histórias que se contavam na barraca Mariana não esqueceria mais. Os africanos que chegavam e traziam notícias, mostravam búzios, a avó fez um enfeite de búzios que a menina passou a usar com orgulho, acostumou-se a mascar obis e orobôs, a noz de cola no começo era amarga, depois dava um prazer, a boca sentia falta do gosto, pedia por ele, Seu Miguel era o homem que trazia essas coisas da África, a avó queria saber quando viera, em que navio, haveria outro para lá, mas ninguém sabia quando, Seu Miguel contava como era Ibadã, dizia da noite que passara em Abeokutá, conversara com o rei de lá, informava que Lagos estava crescendo, cada vez mais bonita (OLINTO, 1988, p.43).

As recordações de Mariana no trecho acima demonstram a ansiedade da avó da garota em encontrar navio que os levassem para África. Desejo que se impunha urgente à Catarina na medida em que a velha se aproximava das

⁶ A respeito da diversidade de culturas negras no Novo Mundo, ver Ramos (1937).

⁷ A respeito das fluxos e refluxos África-Brasil, ver Silva (2005).

tradições africanas com as quais teve contato na Bahia. Apesar de ressignificadas, as práticas culturais dos negros baianos, remontavam a cultura africana e, por isso, ampliavam a busca de identidade em Catarina.

Mariana era muito próxima da avó e na Bahia ficaram ainda mais ligadas. A avó africana levava a neta brasileira aos cultos dos santos, ensinava-lhe coisas da África. Era como se preparasse Mariana para a vida que estava por vir. Os outros dois netos, muito pequenos, ainda não estavam prontos, e Epifânia – filha de Catarina – estava imersa em um romance com um padre; não mostrava interesse pelos assuntos da África. Sequer desejava essa viagem, deixando-se conduzir pela vontade da mãe.

Na trama de Olinto, é em março de 1900 que o grupo consegue lugar na embarcação que as levaria ao encontro do outro continente. A bordo do veleiro que tinha a sugestiva alcunha de “Esperança”, talvez pela esperança que a viagem despertasse na africana em busca de sua identidade. Mas, durante o trajeto, ela e seus parentes se deparam com a morte, a fome e o mar. Esse último permeado pelas recordações do vivido e das expectativas com o devir. De qualquer maneira, nem a fome, nem a morte e tão pouco as lembranças da captura, arrefeciam Catarina na sua procura física e sentimental pela África que guardava na memória.

A segunda parte do livro, “*O Marido*”, trata do estabelecimento da família em Lagos, e de como Mariana se torna a chefe da família, além de mulher rica⁸ e influente na região. Todavia, devemos dizer que é a partir da solidariedade que encontram no bairro brasileiro de Lagos que a família se estabelece na África e inicia a sua ascensão através de Mariana. A família consegue alguns gêneros para vender com os negros da região e desse comércio vem o dinheiro necessário para enviar Mariana ao colégio, que mesmo sem

⁸ O adjetivo de riqueza aqui deve ser relativizado. Mariana tornou-se rica em comparação às condições de vida de outros brasileiros e africanos da região.

concluir os estudos, volta e consegue uma colocação como professora. Desse trabalho vem o dinheiro ao qual se soma o empréstimo que tomaram à dona Zezé, para a compra da casa onde moravam. Na residência, Mariana decide construir um poço para tentar encontrar água. Consegue, e da venda da água emergem os primeiros passos rumo à ascensão social e financeira da agora mulher Mariana.

Aqui ainda são intensas as imagens do vivido e das pessoas do Piau, de Juiz de Fora, do Rio de Janeiro e, principalmente, da Bahia. Essas lembranças vivem principalmente em Epifânia e em Mariana, mas, de maneira pungente em Catarina: em seu retorno, a africana não encontra mais aquela África idealizada em suas memórias e sofre, pois se depara com o sentimento de não pertencimento àquela que tinha por sua *terra natal*. Sobre isso, lhe advertira dona Zezé, tão logo a chegada da família:

– Têm chegado muitos brasileiros aqui ultimamente, mas sem a menor ideia⁹ do que é Lagos. Pensam que vão encontrar uma coisa e encontram outra. Devem ter recebido notícias erradas lá, as coisas aqui não são fáceis.

Catarina respondeu:

– Nunca pensei que fossem, Dona Zezé, mas aqui é minha terra.

– É e não é, iaiá. Para a maioria, os avós saíram daqui e foram escravos no Brasil, se acostumaram lá, mas sempre pensando que aqui era o paraíso. Pois isto aqui é o paraíso e também não é o paraíso, iaiá (OLINTO, 1988, p. 75).

Quando Catarina constata a verdade que a outra velha lhe contara, volta-se para as memórias do Brasil – onde passou a maior parte de sua vida, e aos poucos vai perdendo a vontade de viver. A reconstrução de sua identidade era impossível, pois a *sua* África não existia mais. Morre em 1901 e naturalmente Mariana se torna a chefe da família. Não podia ser diferente; Epifânia parece ressentida da viagem e apegada demais às lembranças do Brasil.

⁹ Optamos pela grafia corrente das palavras nos casos em que ela foi atualizada.

Não consegue se adaptar à vida africana, ou talvez se sentisse como a mãe se sentia no Brasil: estrangeira.

Importante notar o protagonismo da mulher negra no contexto do início do século XX na narrativa de Olinto, a despeito da ausência de discussões de gênero no âmbito da história. As principais personagens da trama são mulheres, todas de personalidade forte: Catarina, a ex-escrava que decide retornar à sua terra levando sua família, mesmo sem condições financeiras e sem consultá-los sobre essa decisão; Epifânia se apaixona por um padre e vive esse romance de maneira livre, sem se importar com a opinião alheia. Em África, inicia um relacionamento estritamente sexual, que só depois de algum tempo evolui para uma relação emocional; Mariana é atrevida, ainda era adolescente quando dava aulas e juntava dinheiro para comprar a casa da família. Investe na construção de um poço por pura intuição. E com a morte da avó a sucede à frente dos assuntos da família. Sua irmã Emília não era exceção, torna-se sacerdotisa mesmo a contragosto do marido protestante.

A proximidade entre as crianças e seus avós foi mencionada por Halbwachs (1990) como um elo que surge do desinteresse de ambos pelos acontecimentos do presente, aproximando-os de um passado de costumes e tradições que os velhos transmitem aos mais novos, e que assumem papel preponderante nos quadros individuais da memória. Vemos esse movimento em Mariana quando a mulher admite para si a posição de protagonismo familiar outrora da avó.

É ainda nessa parte do romance que se dá o casamento de Mariana com Sebastian – africano da região. Trata-se de um casamento arranjado, mas a jovem termina gostando de seu pretendente. Formam família, têm dois filhos, Joseph e Ainá – uma homenagem ao nome africano da avó. Mariana não sabe, mas quando Sebastian morre tentando apartar uma briga, estava grávida mais uma vez, e a mulher que se mostrava tão forte na condução da vida e dos

negócios da família se abala. As mortes se misturam nas lembranças da mulher. O fluxo de sua memória nos ajuda dando uma dimensão da densidade subjetiva desse momento:

Mariana passou três dias no quarto. Comeu algumas vezes, poucas, em pratos que Epifânia e Antônio deixaram a seu lado, nem sempre tinha certeza do lugar em que se achava, uma vez pensou estar na Bahia, sentada no fundo da barraca de peixe, levantou a cabeça e chegou a sentir cheiro de peixe, mas o que estava em frente era a parede do quarto, exatamente na cor determinada por ela, azul-claro, e então recomeçava a tomar consciência das coisas, a cama em que ela e Sebastian haviam dormido, o cobertor, depois perdia-se outra vez e via-se em cima do cavalo que a levava do Piau a Juiz de Fora, o negro de rosto simpático virando-se a cada instante para ela, ouvia gritos da pesca do piau, o peixe saltava, a mulher reconquistava lentamente a realidade do momento, o balanço da cadeira, para deixá-la ir-se novamente e perceber que o convés subia e descia, o navio furando o mar, isolado no meio do sol, a cena da morte de Sebastian lhe voltava de vez em quando à memória, escutou o choro de Ainá um momento, ficou três dias e três noites assim (OLINTO, 1988, p. 159).

É notável a importância da morte na narrativa de Olinto, assim como o é para a cosmovisão africana. Ao contrário da acepção Ocidental, para esses – resguardadas as especificidades étnicas e regionais – de maneira geral a morte não representa evento relacionado aos sentimentos de tristeza e finitude. Quando o indivíduo morre na fase da velhice, depois de formar família – que não se restringe apenas ao *corpus* de parentes consanguíneos se estendendo à rede de sociabilidades comunitárias –, é frequente considerar que ele viveu bem, e seu falecimento é marcado por rituais fúnebres que primam pela alegria e celebração. É o que acontece no caso de Catarina, cuja morte merece uma serenata. Por outro lado, quando se morre na juventude ou na idade adulta, ou ainda por causa não natural, como se deu com Sebastian, a morte é vista com pesar. Os próprios orixás são ancestrais divinizados, ou seja, membros de uma família comunitária que após a morte se tornaram deuses. Para entender a transfusão dessa discussão no enredo, cabe visualizar o trecho a seguir:

[...] Ainá, que fora até então conhecida como Catarina, morreu às dez da manhã, o sol batia forte na frente da casa de Dona Zezé, que saiu de vestido comprido, passos miúdos, procurou Epifânia:

– Vamos dar um banho no corpo e preparar a serenata. Você vai precisar de bebida, muito biscoito, pastéis, acarás, caruru, bolos, dois atabaquistas, um tocador de violão, um flautista, um clarinetista, mesas e cadeiras. E tem de matar uma cabra. O que você não tiver eu empresto.

[...]

Levantaram Ainá, colocaram-na dentro do caixão, quando o sol bateu na mulher morta já haviam tirado as mesas e cadeiras da frente da casa, às sete horas Padre O'Malley chegou, encomendou o corpo e retirou-se. A distância era curta, Epifânia quis chorar, mas D. Zezé não deixou:

– Morta que viveu bem sua vida não deve ser chorada. Fique alegre.

Em seguida a mulher ajoelhou-se e beijou a mão de Ainá, dizendo: – **Os mortos são deuses. Sabem mais do que nós** (OLINTO, 1988, p. 89; 92-93, grifo nosso).

A penúltima parte do romance, homônimo ao título da obra, "*A casa da água*", diz respeito à consolidação e expansão da influência de Mariana na região. Trata ainda do crescimento da família em África a partir de casamentos e nascimentos ao longo dos anos. Esse desenvolvimento se dá logo após a morte de Sebastian, em 1910. Grávida e viúva, Mariana parecia perdida, suas memórias pareciam confusas e a vida também. Precisava sair de Lagos, recomeçar. Era a única maneira de lidar com o trauma. Vai para o Daomé, onde estabelece residência e negócios comerciais. Ao sobrado que constrói no lugar, dá o nome de "A casa da Água" – uma referência declarada pela personagem ao poço que lhe tornara quem ela era então. Tinha dinheiro suficiente para mandar seus três filhos estudarem na Europa. Era 1922 quando o mais velho, Joseph, é enviado para a Inglaterra.

Mariana cuidou materialmente de toda a família dando posição a todos em seus negócios, exceto os filhos que preferiram assumir carreiras específicas: Joseph se fez advogado, Ainá¹⁰ se tornou médica, e Sebastian – que recebeu o

¹⁰ Esse movimento de relembrar os antepassados é parte da cosmovisão africana que tem no ancestral o cerne da ligação entre o tangível e o transcendental. A religião dos orixás é um exemplo conhecido: cada orixá é um ancestral divinizado e cultuado. E como no provérbio

mesmo nome do pai –, tornou-se professor. A narrativa ficcional ganha mais historicidade quando a família, e especialmente os filhos de Mariana, que estudavam na Europa, lidam com os movimentos que antecedem a Segunda Grande Guerra e seus efeitos ulteriores na África – onde diversas regiões ainda estavam sob influência de nações estrangeiras. De lá enviam notícias sobre a ascensão da Alemanha nazista.

O capítulo final, “*O grande chefe*”, dá conta da emergência de Sebastian – o filho – como chefe local e agente da mudança social como líder de um movimento de independência e da velhice de Mariana que chega ao tempo dos netos e vivencia com orgulho a liderança do filho no processo de emancipação de Zorei.¹¹ Esse é o meio pelo qual Antônio Olinto discute a questão dos nacionalismos em África, bem como a situação de dependência dos Estados e lideranças africanas com relação aos países europeus. Nesse sentido, ressalta a dependência técnica, econômica e o processo de hibridização cultural dos povos africanos a partir do contato com o elemento estrangeiro. Cabe lembrar que Olinto é nomeado adido cultural na Nigéria exatamente na década de 1960, sendo, portanto, testemunha ocular dos movimentos de independência de algumas colônias africanas nesse período.

Em sua velhice as lembranças do Brasil se tornam mais frequentes assim como acontecera com sua avó Catarina, e com a mãe Epifânia. Mas as lembranças são cada vez mais fragmentadas e fugidias. E aqui pensamos que o autor, mais uma vez, ressalta a importância da memória para a obra, através de uma metáfora sobre o esquecimento: Emília, a irmã de Mariana, agora não conseguia mais lembrar das coisas e das pessoas. Isso desperta medo em Mariana, que considerava o esquecimento uma espécie de perda da lucidez.

africano que diz “só se morre quando se é esquecido”. Sobre a mitologia dos orixás, ver Prandi (2000). Para o culto dos orixás no Brasil, ver Prandi (2005).

¹¹ País fictício.

O romance se encerra com o impacto de Mariana, então com 73 anos, pela morte de Sebastian, que tão logo eleito presidente de Zorei é vitimado em um golpe de estado orquestrado por grupos dissidentes.

Memória diaspórica e sentidos no pós-abolição

O impulso para compreender o romance *A casa da água* a partir da história e da memória é em si um problema, sendo essas dimensões de análises tão vastas e densas teoricamente. Contudo, são as características da obra que sugerem, e ainda autorizam esse olhar sobre ela. Esse potencial de análise que a produção literária suscita, deve muito ao contexto cuja obra foi escrita, qual seja a experiência de Antônio Olinto como adido cultural do Brasil, em Lagos, entre os anos de 1962 e 1964, ocasião em que o autor teve contato com trajetórias individuais de africanos e brasileiros que moravam em Lagos e que influenciaram a escrita do romance.

À época da construção do livro, o autor estava com aproximadamente 49 anos, o que nos autoriza dizer que sua narrativa poderia, – em parte –, estar também ancorada nas histórias de ex-escravos brasileiros da região de Minas Gerais, com os quais Olinto deve ter tido contato durante a infância¹², vivenciada entre as décadas de 1920 e 1930, ou seja, entre os 50 anos posteriores à abolição.

Segundo Adriana Albarello (2011), a história de Mariana tem por inspiração a história de Romana da Conceição – uma senhora idosa que o autor conheceu em África e que narrou a ele sua viagem de volta ao continente, na companhia da avó Catarina, de sua mãe e de mais dois irmãos. Romana teria chegado do Brasil em África no ano de 1900 – a mesma data foi usada por Olinto no livro –, quando tinha 12 anos, tendo navegado em veleiro

¹² Antônio Olinto nasceu em Ubá, Minas Gerais, em 10 de maio de 1919 e morreu 12 de setembro de 2009, no Rio de Janeiro.

denominado “Aliança”. A família de Romana, conforme ela conta, passou três anos na Bahia antes de encontrar transporte para África.

Parte das memórias dos africanos com que teve contato, nos diz Albarello (2011), foi registrada por Antônio Olinto, no livro *Brasileiros na África* (1964). Sendo as de Romana apropriadas pelo escritor brasileiro e transpostas para a obra *A casa da água*: a avó de Mariana também se chama Catarina, bem como a família que retorna é formada por cinco membros – avó, filha e os três netos. Outras coincidências são apontadas entre a realidade de Romana da Conceição e a ficcionalização operada: as difíceis condições da viagem de volta; a chegada em Lagos e o desembarque conturbado. Mas, de modo salutar, o escritor preservou da Catarina real na Catarina personagem, o sentimento de decepção quando o reencontro com a *terra de origem* finalmente acontece. Desgosto que em ambos os casos levou à morte das Catarinas, pouco tempo depois da chegada à África.

Do que foi dito, parece-nos seguro afirmar que tais aproximações entre o real e a ficção deixam claro que o primeiro inspirou a construção da segunda. Proximidades que tiveram como argamassa memórias individuais e coletivas compartilhadas por brasileiros e africanos com quem o autor estabeleceu contato durante o tempo que viveu na Nigéria como diplomata.

Outro uso da memória do vivido na construção literária de *A casa da água* é indicado por Albarello (2011). Dessa vez, no entanto, a contribuição é do próprio autor que aos cinco anos de idade perdeu a casa que vivia com seus pais durante uma enchente. Não seria então absurdo imaginarmos que a escolha da enchente como ponto de partida das memórias da heroína Mariana, se relacionam com o impacto da imundação vivenciada pelo autor na infância. Esse fato poderia até mesmo explicar a obsessão na narrativa pela água enquanto elemento catalisador da memória. Mais um uso é possível: Antônio Olinto estudou muitos anos em seminário, portanto, quando insere a

personagem do padre por quem Epifânia se apaixona, poderia estar fazendo outra referência à sua memória pessoal.

Acerca dos estudos sobre a diáspora, Anh Hua (2005) assinala que dizem respeito às dispersões populacionais e culturais em âmbito geográfico que possibilitam a compreensão de diversas ideias como:

identificação e filiação, desejo de volta para casa e a nostalgia pela pátria, exílio e deslocamento, a reinvenção das tradições culturais na nova ordem mundial, e a construção de identidades híbridas, bem como práticas culturais e linguísticas, a construção de comunidades e fronteiras comuns, a memória cultural e trauma, a política do retorno, e a possibilidade de imaginar geográfica e culturalmente pertencente além e dentro da formação do Estado-Nação (HUA, 2005, p. 191, tradução livre).

Para Hua (2005), a diáspora envolve ainda uma memória coletiva e o trauma como consequências do movimento de dispersão. Historicamente, o termo é utilizado para fazer referência às comunidades ou grupos dispersos com resistência em virtude da escravidão, massacres, genocídios, guerra, migração econômica, exílio político, entre outras situações que geram nos indivíduos dispersados a sensação de alienação nacional, seja pelo racismo, ou por outras formas de discriminação. Considera também que a diáspora enquanto conceito possibilita a problematização de questões de pertencimento, raça, nação e cultura. Quando associada à memória, a noção de diáspora pode ampliar ou complementar aspectos da análise histórica. Em seu dizer:

A análise da memória é significativa para a diáspora [...] porque pode revelar tanto os estados psíquicos internos de mulheres e homens na diáspora pós-colonial – como o desejo, fantasia, repressão, negação, medo, trauma, identificação, repulsa, e abjeção – bem como o estado social das comunidades diaspóricas. Ao confrontar as histórias oral e escrita, os estudos da memória podem revelar os processos de trabalho da memória hegemônica e da memória escrita. Portanto, os estudos de memória podem demonstrar como o poder funciona, mas também dar voz e ação para o subjugado (HUA, 2005, p. 199, tradução livre).

Dessa forma, a partir das contribuições de Anh Hua é possível compreender a narrativa de Olinto como uma memória diaspórica, que serve de subsídios à história, na medida em que permite conhecer possibilidades de sentidos atribuídos ao movimento da diáspora por indivíduos nessa situação. No caso do romance, temos um duplo movimento diaspórico, pois não é apenas a africana Catarina que se encontra nessa condição, mas toda a família brasileira que vai para África acompanhando a idosa vez que, segundo Hua (2005), esse movimento pode ser voluntário ou compulsório. No caso da família, eles partem voluntariamente em respeito ao desejo da mulher africana. Portanto, o movimento de retorno da personagem Catarina à África que é consequência do movimento diásporo que levou a sua vivência escrava, é também diaspórico para sua família brasileira.

Enquanto indivíduo retirado de sua terra compulsoriamente e sujeito ao trabalho na condição de cativo, a experiência da escravidão vivida por Catarina se assemelha a de tantos outros negros trazidos ao Brasil nas mesmas circunstâncias. É aceitável então que essa seja uma das razões para a omissão de aspectos do cotidiano da vida escrava no romance. Assim, ao invés de recuperar a memória a respeito dos sofrimentos da condição escrava, o texto de Antônio Olinto prima pela narrativa da captura e transporte da mulher, tentando transmitir toda a densidade de sentidos que esse momento congrega. Julgamos imperativo reproduzir o trecho assaz longo, porém necessário, em que a experiência diaspórica é colocada pelo autor:

A velha Catarina escolheu um lugar dentro do navio, fez nele um acolchoado de pano, encostou-se e passou a viagem toda ali, o corpo subia e descia, subindo e descendo o corpo de antigamente voltava, um fluxo mensal sujara de sangue o chão de madeira, o homem que tomava conta dos escravos viera ver o que havia, mudara-a de convés, à noite rolara-a pelo chão, deixara-a nua, mar, peixe, sal e sol, Abeokutá não lhe saíra da cabeça durante a travessia, no começo nem quisera saber para onde a levavam, se a usavam que usassem, talvez fosse só para isso que o tio a havia vendido, sentiu falta das contas que

costumava usar no pescoço, da dança, do inhame que adorava, mas principalmente as pessoas é que lhe faziam falta. Coisa engraçada, em Abeokutá não dava muita importância a Ebum e Ojé, hoje sofria com a ausência delas, pelo menos para ouvir palavras conhecidas, pensou que fosse nascer outra vez, a cintura se espremia por entre o sexo da mãe tentando sair, mas a cabeça não passava e ela experimentava um medo que não queria perder quando o tio a pegava pelas pernas e puxava-a. Um calor lhe subia pela cabeça e o aperto aumentava, não sairia, jamais sairia, de repente soltava-se e o tio continuava arrastá-la, o chão subia e descia, o cheiro de mar entrava em tudo, à noite o lampião só iluminava um canto, a língua tinha um gosto de sal. Um dia viu o homem chicotear um rapaz alto e magro, de gestos ligeiros e rápidos, o som batia no ar e ficava soando, longamente, junto com o barulho que vinha de fora e o balanço das coisas. Catarina voltava e não voltava, estava aqui e estava no outro navio, a diferença de tempo se desfazia, como se tivesse sido diminuída aos poucos até que de repente ela viu que ainda não tomara o navio e estava em Abeokutá, debaixo de uma árvore enorme, perto das pedreiras, uma caverna se abria além, já se escondera muitas vezes lá, os tambores chamavam, alguém morreria e a festa começava, mas o mar, o sal e o sol se impunham de novo e Catarina recuperava seu corpo gasto, seu sexo murchado, quase sem cabelos, suas mãos imóveis, seu medo sem entusiasmo. Reconstruía, no Piau, seu jeito de ser gente, reaprendera passos, caminhadas, olhares, voz, palavras, tornara a se mostrar uma pessoa, a língua era diferente, mas isso não tinha importância, o trabalho de reorganização de si mesma pedira tempo, meses, anos, até que se viu outra vez inteira e só as visitas do filho do fazendeiro é que puseram por um momento em perigo essa integridade readquirida. Percebe-a encostada em seu acolchoado, indago de seu reencontro e vejo no movimento de recomposição que ela é novamente obrigada a fazer uma espécie de saída, como se ao adaptar-se ao Piau tivesse nascido uma pessoa que vinha morrer agora, na viagem à Bahia, ou agora estivesse nascendo outra, que não era a de Abeokutá nem a do Piau, mas que talvez continuasse a manter uma ligação de memória com a morta de antigamente e a morta de agora. As duas mortas iriam presas às costas de Catarina, que as levaria para a reunificação impossível, para a descoberta da jovem que fora vendida (como escrava) em Lagos e precisava reconstruir-se, restaurar-se, sentindo que os mortos são leves e pesados, garantem uma continuidade e asseguram o medo, oferecem a unidade e o rompimento (OLINTO, 1988, p. 26-27).

O excerto acima, embora extenso, é rico em significados e demonstra ao mesmo tempo a crueldade da experiência diaspórica; o movimento da memória ao encontro das imagens do passado convocados a partir do momento em que Catarina está novamente a bordo de um navio, e ainda a

dificuldade narrativa dos eventos traumáticos. Sobre esse último aspecto, Márcio Seligmann (2008) assinala que essa dificuldade está relacionada ao fato do trauma ser caracterizado como “uma memória de um passado que não passa”. Catarina sente essa dificuldade e, por conseguinte, as memórias desse momento se apresentam de forma obscura e de maneira incontrollável e intensa, que destacam narrativamente o real pelos auspícios da memória. Essa transposição do evento traumático para o real pede necessariamente o auxílio da imaginação que serve a essa causa como ferramenta que cria uma ponte entre o trauma e o real, possibilitando o testemunho daquilo que muitas vezes não pode ser dito, porque não tem correspondência linguística entre a experiência e a linguagem. Nesse sentido, a literatura tem se mostrado como veículo que permite essa tradução do trauma como linguagem. É o que acontece em obras como *Iliada* e *Os sertões*.

No entanto, Seligmann (2008) também observa que mesmo a expressão desse tipo de experiência através da linguagem artística, não é capaz de pacificar a cena do trauma e do seu testemunho. E que por outro lado, essa expressão do trauma com o auxílio da imaginação tem sido apontada como elemento que descaracteriza o testemunho desse tipo de fonte, e complementa:

Mas ao invés de negarmos ao testemunho a possibilidade de ver na imaginação e em seu trabalho de síntese de imagens um potente aliado, devemos, com Derrida [...], ver nesta aproximação entre o campo testemunhal e o da imaginação a possibilidade mesma de se repensar tanto a literatura, como o testemunho e o registro da escrita autodenominado de sério e representacionista. Ocorre uma revisão da noção de literatura justamente porque do ponto de vista do testemunho ela passa a ser vista como indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real. Aprendemos ao longo do século XX que todo produto da cultura pode ser lido no seu **teor testemunhal**. Não se trata da velha concepção realista e naturalista que via na cultura um reflexo da realidade, mas antes de um aprendizado – psicanalítico – da leitura de traços do real no universo cultural (SELIGMANN, 2008, p.71, grifo do original).

Compreendemos então admissível apreender da fonte literária fragmentos das experiências traumáticas que podem ampliar a pesquisa desses temas em história, permitindo, como já foi dito, a tradução desse tipo de evento em linguagem, sobretudo quando se referem às vozes que não tiveram espaço nos documentos oficiais.

Schwartz (2005) ressalta que a diferença dos Estados Unidos, cuja escravidão foi extinta em 1860, e onde um trabalho de recolhimento da narrativa de ex-escravos e seus descendentes remontam a meados da década de 1930, no Brasil, a construção de uma memória coletiva da condição escrava é tarefa muito recente. Trabalho que esbarra tanto na ausência de fontes oficiais que tratem da vivência escrava do ponto de vista do escravizado, quanto da quase inexistência nos dias de hoje de descendentes diretos de ex-escravos. Assim, na contemporaneidade, esse trabalho de recuperação da memória se dá principalmente através de testemunhos da experiência da escravidão transmitidos pela tradição oral a essa geração distante de descendentes. Esse movimento de resgar da memória escrava é fruto de novos interesses da historiografia nacional pela memória coletiva e sua relação com a história, na medida em que o que é lembrado, e mesmo o que é esquecido denotam significados sociais, culturais e políticos.

A respeito da antiga oposição entre a memória e a construção do conhecimento histórico, Ana Rios e Hebe Mattos dizem que:

uma das principais dimensões da interação entre estas duas dimensões de apropriação do passado está em abordar historicamente o próprio processo de produção da memória. A reflexão crescente sobre a história da memória como campo de pesquisa tem evidenciado que as lógicas de produção da memória e da historiografia não são assim tão diferenciadas. As questões formuladas pela historiografia para compreensão da escravidão negra nas Américas foram sempre determinadas por injunções sociais e políticas do mundo contemporâneo. De forma paralela, a construção de memórias coletivas se faz, necessariamente, como função de questões políticas e identitárias vividas no tempo presente (RIOS; MATTOS, 2005, p. 43).

Do que foi argumentado, o romance *A casa da água*, enquanto construto artístico, abriga em si aproximações com a realidade, através da abordagem memorialística e ficcional da experiência diaspórica de Catarina e seus descendentes, inspiradas nas memórias reais de Romana da Conceição, conhecidas por Olinto em sua permanência em Lagos na década de 1960 e a partir das memórias individuais do autor. Com a leitura de *A casa da água* é possível pensar os sentidos que a experiência da escravidão adquire para os sujeitos colocados em diáspora. Para além, o romance contribui para a compreensão da dificuldade do processo de reconstrução identitária dos africanos no Brasil, bem como para aqueles que retornam à África em busca da terra da qual foram retirados, encontrando ali uma África culturalmente híbrida não correspondente àquela de suas memórias; de seus sonhos. O romance contempla ainda duas possibilidades do movimento diaspórico: se no caso de Catarina a recomposição na África que encontrou em 1900 foi impossível, em Mariana há uma composição, ela se torna africana. Já no Brasil, a menina aprendera aspectos da cultura da terra da avó que em Lagos foram ampliados e somados às experiências vividas formadoras de identidade.

Não obstante, as proximidades da narrativa ficcional com o real cumprem salientar que se as lembranças da trajetória de Mariana e sua família com relação à volta à África guardam semelhanças com as memórias de Romana da Conceição, o mesmo não poderá ser afirmado com relação ao sucesso material e social adquirido. Utilizando os termos de Sevcenko (1999), é possível que essa parte do livro, seja uma referência ao que não foi, mas que deveria ou poderia ser; ou ainda o que se gostaria que fosse.

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais cadentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os

mecanismos de permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real (SEVCENKO, 1999, p. 20).

Dessa forma, o autor distingue o historiador e o escritor quanto às suas preocupações: enquanto o primeiro se preocupa com a realidade das coisas, o segundo oferece uma possibilidade. Dizendo ao leitor, não apenas, mas também, aquilo que não ocorreu. "Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. Mas será que toda a realidade da história se resume aos fatos e ao seu sucesso?" (SEVCENKO, 1999, p. 21).

Em última análise, é importante pensar que os estudos acerca do pós-abolição só ganharam notoriedade no Brasil nos últimos 20 anos e por isso ainda são embrionários se comparados a outros temas no âmbito da História. Em virtude disso é notável que Antônio Olinto em fins da década de 60 criasse através da ficção a possibilidade de se pensar os significados da experiência do pós-abolição como momento de questionamento identitário para negros – africanos ou não – que restituídos em sua liberdade de ir e vir anseiam por pertencimento, encontrando no retorno à África *eventualmente* a reconstrução de si. Reconstrução que nem sempre se concretiza, mas que através da personagem Mariana projeta uma expectativa de um porvir de conquistas. Conquistas negadas, não a todos, felizmente, mas a muitos africanos e descendentes de africanos tanto em África como no Brasil.

Referências

ALBARELLO, Adriana Maria Romitti. *Deslocamento, memória e identidade em A casa da água, de Antônio Olinto*. Erechim, 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *A expansão da história*. Petrópolis: Vozes, 2013.

- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. Trad. Sérgio Micelli. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUA, Anh. Diaspora and Cultural Memory. In: AGNEW, Vijay. (Ed.) *Diaspora, Memory, and Identity: A search for home*. Toronto: University of Toronto Press, 2005. p. 191-208.
- OLINTO, Antônio. *A casa da água*. 3ª ed. São Paulo: Círculo do livro, 1988.
- PESAVENTO, Sandra. História & literatura uma *velha-nova* história. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 28 jan. 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso: 26 jan. 2014.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- PRANDI, Reginaldo. *Segredos Guardados: Orixás na alma brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papirus, 1997.
- RIOS, Ana L.; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no Pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart B.. Prefácio. In: RIOS, Ana L.; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no Pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Revista Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005> Acesso: 26 jan. 2014.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Alberto da Costa. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

